

## TAMOIO: OLHA! TEM NÓ NA CANA\*

Vera Lúcia S. Botta FERRANTE\*\*

---

*RESUMO: O trabalho pretende reconstruir um movimento social ocorrido em uma usina da região de Araraquara, discutindo questões relacionadas a organização de luta, à atuação do sindicato e as manifestações de consciência dos participantes deste conflito*

*UNITERMOS: Movimentos sociais; greve rural.*

---

### INTRODUÇÃO

“Agora vê vê... a labuta que a gente teve na primeira greve, na segunda greve e agora novamente! Quer dizer que agora eu não tou lá participando... tô doente... do que eu gostaria... era de participar... ir em frente e ajudar aquele povo ali embaixo.”

A Usina Tamoio, distante 8 km de Araraquara, vem nos últimos anos sofrendo o peso das armadilhas preparadas pelo Grupo Silva Gordo que tenta, com uma prática já rotineira de não pagamento dos salários, vencer os trabalhadores pelo cansaço e afastar definitivamente da Usina os moradores que, na verdade, representam uma incômoda pedra no seu caminho. 700 famílias, aproximadamente 2.500 pessoas vivem nesta usina, que, fundada em 1917, com o nome Engenho Fortaleza, teve na década de 50 momentos de ápice. Em 1924 foi adquirida pelo Grupo Morgante e chegou a ser uma das maiores usinas do Brasil, pioneira na utilização da vinhaça como fertilizante agrícola e na instalação da primeira moenda de cana do mundo com 6 tornos. Em 1966 foi adquirida pelo Grupo Silva Gordo e de

1977 para cá sua situação vem se agravando, inclusive com o não recolhimento do FGTS. Neste quadro, o pagamento dos salários passou a ser artigo de luxo, taxado pelo Grupo Silva Gordo como de “consumo supérfluo”.

A Usina Tamoio contava, em períodos de entre-safra, com um número aproximado de 1.000 empregados, sendo 650 ligados às atividades industriais e 350 à lavoura. O número de mulheres que trabalhava regularmente na lavoura, com registro e contrato de trabalho por tempo indeterminado era aproximadamente de 100. Na safra, recorria-se de 800 a 1.000 volantes e a mulher normalmente era contratada por empreiteiros para receber a mesma diária do homem: Cr\$ 900, havendo variação no caso dos menores: Cr\$ 600.

A crise agudizou-se a partir do final de 1981, e durante 1982 os trabalhadores estiveram, com intervalos, por mais de 120 dias em greve.

Uma greve que pode ser considerada legal, já que objetivava-se basicamente reivindicar o pagamento dos salários. Entretanto, a potencialidade desta arma de pressão foi, em grau significativo, esvaziada pela não organização dos trabalhadores, em grande parte consequência dos descaminhos de uma direção política que,

---

\* A reconstrução deste movimento foi feita basicamente a partir de observação participante. Foram realizadas igualmente entrevistas com dirigentes sindicais, grevistas — homens e mulheres —, parlamentares, representantes do Estado que, a partir de um certo momento, se coloca como mediador, assumindo a figura de árbitro do confronto das forças sociais em jogo neste movimento que, sem uma organização que pudesse absorver a crescente agudização das contradições, permaneceu isolado no meio do canavial. Nossa preocupação é trazer a reflexão alguns elementos sobre um movimento recente, sem qualquer pretensão a uma análise mais globalizante.

\*\* Departamento de Sociologia — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14 800 — Araraquara — SP

a partir do momento em que se personalizou, na conjuntura pré-eleitoral, fechou espaços para uma mobilização e organização proveniente dos trabalhadores.

### OMARCA PASSO DA GREVE

Os trabalhadores da Usina Tamoio entraram em greve pela primeira vez no final de 1981. Sem receber os salários relativos ao mês de novembro, nem o 13.º salário, os trabalhadores decidiram parar no dia 23 de dezembro de 1981, com adesão parcial da lavoura. Como medida política, a Usina decretou a licença coletiva até o dia 3 de janeiro e alguns dias depois pagou os salários atrasados. Em fevereiro de 1982, os trabalhadores receberam os salários relativos ao mês de janeiro, mas isso não voltou a se repetir em março. Houve nova paralisação a partir de 26 de março: como da vez anterior, picavam o cartão de ponto e ficavam de braços cruzados à espera do pagamento. A greve durou 67 dias, mais uma vez não com adesão total dos trabalhadores rurais. Depois de um mês de greve era formada a Comissão de Apoio aos Trabalhadores da Usina Tamoio, constituída por várias entidades de classe de Araraquara: Sindicatos, Partidos, representante de instituições ligadas à Igreja, à Comissão de Justiça e Paz e outros. Desta Comissão de apoio, cujo trabalho consistiu em arrecadar fundos e alimentos para os grevistas, não participava o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araraquara, o que pode ser explicado como fruto de pressão da própria correlação de forças subjacentes a este movimento.

Não havia nem indícios tímidos de organização dos trabalhadores. A greve não era, naquele momento, uma demonstração de força, mas a expressão de uma resistência imediata, ao não recebimento do salário.

Por outro lado, o Sindicato da Indústria de Alimentação, base dos trabalhadores da agroindústria, não se mostrava combativo, nem atuava como elemento de mobilização, nem enquanto instrumento canalizador das reivindicações dos traba-

lhadores. Limitava-se a encaminhar lentamente a luta pelos direitos, entrando na Justiça do Trabalho com uma ação para recebimento de salários atrasados. Acordos foram assinados, não cumpridos, adiados e o movimento se arrastava ao sabor destes acontecimentos. Depois de dez dias de interrupção, nos quais os trabalhadores voltaram a trabalhar, reinicia-se o movimento grevista a 16 de junho por mais de 40 dias. A continuidade do movimento atrelava-se a possíveis avanços da luta legal.

Da parte da usina, há pressões diretas e indiretas. São demitidos 22 trabalhadores, sob a alegação de serem cabeças de greve. A readmissão destes foi colocada como dependente da volta ao trabalho. Surgiu uma proposta por parte da Usina, de pagar o salário de junho em prestações de 15% semanais até agosto. A própria empresa recua nesta proposta.

Não havia Comissão de Greve. Diante da ausência de comando dos trabalhadores, a mobilização do movimento ficou prejudicada. Há reações e manifestações fragmentadas. Ao mesmo tempo em que se aventava a hipótese de permanecer em greve até final de agosto, o que impediria a Usina de iniciar a safra, os trabalhadores volantes, movidos por uma estratégia de sobrevivência, foram trabalhar em outras usinas da região, contratados por empreiteiros.

No caso das mulheres, a necessidade de trabalhar em outros locais, às vezes distantes, na condição de bôia-fria, barrava-se com a dificuldade de cumprimento da sua dupla jornada de trabalho.

### OS CAMINHOS E DESCAMINHOS DO MOVIMENTO

No segundo momento da greve, formou-se uma Comissão de Trabalhadores — em número de 14 composta por trabalhadores demitidos, outros ligados à atividades de transformação, escritório e duas mulheres da lavoura —, que atuava descontinuamente sob a “tutela” da Comissão de Apoio. As mediações políticas — ou mais especificamente, a conjuntura

pré-eleitoral, que vai levar alguns candidatos a tentar fazer de Tamoio um reduto de votação — prejudicaram a organização dos trabalhadores. As reuniões com outros sindicatos e instituições eram marcadas e conduzidas por alguns políticos, que se apropriaram do movimento, o que criou, evidentemente, crises no processo de mobilização do trabalhador. Este parecia acreditar que as soluções viriam de fora, “doadas pela intervenção de alguns políticos”, independentemente de ser ou não o seu movimento um instrumento de pressão. Foram feitas reuniões em São Paulo, com deslocamentos de membros da Comissão de Trabalhadores e dos políticos mais diretamente envolvidos. A ação consistia basicamente em conseguir um montante em dinheiro para “atenuar” os problemas gerados pela longa paralisação.

Houve tentativas de ser solucionado o movimento através do pedido de rescisão de contrato coletiva indireta — prática incentivada pelo advogado do Sindicato da Alimentação, incontestavelmente um agente do despotismo capitalista —, mais um engodo para levar o trabalhador a enfrentar as duras e demoradas regras da Justiça, sob o preço da perda total dos direitos. Depois de concentrações e realização de atos públicos de solidariedade, de tentativas e malogros nas negociações, a greve teve o seguinte desfecho: A Usina concordou com a readmissão dos empregados dispensados por justa causa, com exceção de três casos não relacionados à greve. O pagamento dos salários de maio ficou na pendência de uma decisão judicial. Os salários de junho e julho foram pagos e o trabalho foi reiniciado.

A insegurança e o temor do desemprego após a safra continuaram presentes no cotidiano dos empregados da Usina Tamoio.

O movimento da Usina Tamoio tem mostrado, nos seus desdobramentos, o aguçamento das contradições no acúmulo de uma experiência de luta, a falta de uma organização dos próprios trabalhadores, que poderia levá-los a conquistar o direito, independentemente das razões alega-

das pelos donos do capital. As conquistas foram minimizadas pela desmobilização dos trabalhadores.

Nesta primeira etapa do movimento, há problemas, envolvendo a relação trabalhadores-sindicato e formas de atuação dos antagonistas, a se considerar.

Por problemas de enquadramento sindical, os trabalhadores da lavoura da agro indústria, estão sob jurisdição do Sindicato das Indústrias de Alimentação, o que mostra que do ponto de vista jurídico formal, não há trabalhador rural nas Usinas. Tal enquadramento nega a natureza do trabalho ligado à plantação de cana. Nega a especificidade das formas de produção criadas e recriadas contraditoriamente pela acumulação capitalista na agricultura. É como se todo processo se reduzisse às atividades industriais de transformação, ou como se a produção da agro indústria dispensasse a utilização da mão-de-obra rural. Revela-se uma contradição entre o movimento do capital e o enquadramento jurídico dado aos trabalhadores. Segundo a interpretação do Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais, “isto é feito por interesse das Usinas, para evitar uma organização sindical que poderia exercer maior pressão. Assusta-o contudo, o fato do Sindicato da Alimentação pactuar e, através do pacto consentido legitimar, uma situação que violenta os interesses específicos do trabalhador rural”. Trata-se na prática de um movimento social também rural, quer tenha ou não tal rótulo jurídico. Apesar dos problemas que se manifestam no plano organizacional, deve-se salientar a disposição do trabalhador em continuar a luta e os avanços em termos de mobilização. Os antagonistas ameaçaram e tomaram medidas concretas, entre as quais a demissão, a pressão de expulsão da moradia. Entretanto, a adesão progressiva de setores da lavoura ao movimento, que chegou quase a uma paralisação total, pode ser considerada uma vitória. Houve exceções de não adesão à greve, no caso de parte dos trabalhadores de escritório, chefes vigias, secretários e encarregados de segurança. O exercício de funções administra-

tivas parece ser um fator de bloqueio à participação na greve, vista como “coisa dos que estão mais perto da produção.”

Nesta adesão, foi importante o papel das mulheres trabalhadoras, que parando de trabalhar, praticamente exigiram dos setores que continuavam, uma tomada de posição semelhante.

Houve, ao longo do movimento, que durou, com interrupções, quase 120 dias, recusa e descaso da Usina em aceitar quaisquer propósitos de negociações. Diante da indiferença dos do capital, era maior a sensação de impotência do trabalhador. Depoimentos revelam que apesar da greve ser vista como legal, havia bem a consciência dos limites da luta legal: “Se pelo menos fosse uma outra situação...” “Não tem saída. Trabalhador não tem jeito de assumir o controle da Usina... Por bem, esperando uma justiça que dizem que é boa mas ninguém vê, não vai se conseguir mesmo nada”.

A justiça é encarada como o lugar “sagrado” sobre o qual não há como exercer pressão. “Minha ação de horas extras já tem 8 anos”, “estou esperando a decisão da justiça da questão da insalubridade há 9, quase 10 anos”, são alguns dos testemunhos reveladores da inércia de superestrutura legal e da pouca possibilidade de ser a justiça acionada, pelo trabalhador ou seu representante, a seu favor. Por outro lado, a afirmação da necessidade de continuar marcando o ponto, “uma garantia para o patrão e os homens de lá não provarem abandono de emprego” revela que o trabalhador chegou a se aproveitar de alguns dos mecanismos legais de defesa que se apresentaram no movimento.

Apesar da existência de uma comissão de apoio, a greve se ressentiu de uma liderança. Isso transpareceu nas dificuldades de organização e de avaliação do próprio movimento, na visão veiculada de ser a intervenção do Estado a fórmula mágica de solução dos problemas vividos pelos trabalhadores, nos limites da atuação sindical que barrava direta ou indiretamente, qualquer avanço do movimento.

Contribuiu para a falta de liderança,

a não realização de um trabalho conjunto entre o Sindicato das Indústrias de Alimentação e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e, mais do que isto, a atuação pelega do Sindicato de Alimentação. A posição do advogado do Sindicato de Alimentação que, na prática, tem mostrado vínculos maiores com os interesses dos usineiros, a orientação contraditória e comprometedora deste órgão de classe — que não tem na sua história, rompido com o atrelamento ao bloco de poder — e os descaminhos de uma direção política que, a partir do momento em que se personalizou, deixando em segundo plano a própria orientação do partido político em seu conjunto, fecharam espaços para uma mobilização e organização dos trabalhadores. Contribui para o não crescimento da mobilização e organização, um traço de lealdade e dependência pessoal marcante entre os trabalhadores da Usina que se mantêm ligados e gratos ao antigo patrão, “homem de bem, associado a um período de fartura e auge da Usina”, culpando o atual grupo proprietário — desconhecido, e encarado como uma “entidade” despersonalizada com a qual nunca tiveram contato — pela situação enfrentada. A greve parece não ter representado para eles um confronto dos trabalhadores com os donos do capital, mas vista como uma reação extrema diante de um “mau patrão”. A conquista dos seus direitos deveria ser obtida por alguém que suprisse as faltas do “mau patrão”, independentemente de sua mobilização.

As iniciativas de organização — entre as quais a formação da Comissão de Trabalhadores — foram prejudicadas por medidas desmobilizadoras, entre as quais cabe destacar a insistência em não se difundir a greve pela imprensa, em não se avaliar criticamente o sindicato e em não se estimular grupos de trabalho e de discussão do próprio movimento. O sindicato era confundido com a direção sindical; a entidade investida da representação sindical em nada contribuiu para a articulação de manifestações legítimas oriundas dos trabalhadores. A possibilidade de ser questionada a ambiguidade de sua práti-

ca, através da proposta de uma oposição sindical, chegou a ser colocada por um grupo de trabalhadores, mas encarada contraditoriamente como uma “coisa para o futuro”, não como um momento importante e necessário à unidade e ao fortalecimento da luta.

## O LOCAUTE DA USINA

O exame dos desdobramentos do movimento dos trabalhadores e da situação desta Usina revela um novo perfil.

A Usina paralisou suas atividades em 29/10/82, retirando, com isso, até mesmo a possibilidade de o trabalhador se aproveitar da “greve legal” para legitimar uma ação reivindicatória. Como momentos deste quadro tenso, de um movimento que tem permanecido isolado no meio do canavial, quase sem repercussão, a nível da imprensa e da sociedade civil, deve considerar-se o seguinte: A decisão de locaute foi tomada quando a Usina ainda tinha em suas terras de 250 a 500 mil toneladas de cana para serem moídas. Formou-se uma comissão inter-sindical de apoio, que provocou algumas mudanças na natureza da luta que vinha sendo empreendida. Para a criação dessa comissão, foi relevante o papel do Sindicato dos Trabalhadores Rurais que, apesar de não ter qualquer vínculo legal, em termos de enquadramento sindical com os trabalhadores rurais desta Usina, revelou na prática, durante um tempo, ao menos na proposta de algumas indicações sobre mudanças no encaminhamento do movimento, outro nível de consciência e apontou perspectivas de ser superada a luta geral, e se avançar na luta pela Reforma Agrária. O papel da Comissão de Trabalhadores foi reforçado no comando do movimento, apesar da decisão de se tomar as terras provocar polêmicas e divergências. A tentativa de se discutir, em grupos de trabalho e assembleias de trabalhadores, a possível aplicação do Estatuto da Terra com conseqüente desapropriação por interesse social e formação de uma Cooperativa de Trabalhadores, foi sistematicamente barrada por pressão da assessoria jurídica do Sindicato da Alimentação.

A questão da terra não poderia ser legalmente discutida, segundo esta assessoria que, valendo-se de falsos argumentos, afirmava serem os problemas dos trabalhadores de natureza urbana e resumirem-se ao recebimento de salários atrasados. Os proprietários da Usina Tamoio continuaram a não cumprir a decisão da Justiça, quanto aos débitos salariais. Por esta razão, procedeu-se ao leilão em hastas públicas de duas fazendas de propriedade da Usina Tamoio compreendendo 220 alqueires plantados com cana-de-açúcar para corte, que resultou em um pedido de adjudicação das terras por parte do Sindicato da Alimentação. Apesar do noticiário de que a “fazenda já era dos trabalhadores” após o prazo legal dado à Usina para cobrir o valor da dívida, a mesma entrou com um pedido de embargo do processo, depois de 8 dias, dando a nítida impressão de tentar, com as artimanhas legais de que dispõe, ganhar tempo para não entregar o que seria de direito dos trabalhadores. O teor do recurso, da contra-argumentação encaminhado pelo advogado é desconhecido dos trabalhadores. O discurso da assessoria jurídica sistematicamente exclui os trabalhadores da compreensão das manhas e artimanhas legais. Soluções paliativas foram propostas; a promessa de uma liberação de verba por parte do Ministério do Trabalho que, depois de muitas andanças, foi liberada a 10/02/82; a distribuição de alimentos básicos — segundo o cálculo de Cr\$ 5.000 para cada trabalhador, por semana, quantia totalmente insuficiente para as necessidades de sua reprodução — comprados com a venda de bens ou gado da Usina, perfeitamente autorizada pela Direção da mesma, numa atitude óbvia de busca de mecanismos amortecedores da tensão crescente. No caso da quota-alimentação, o próprio Sindicato, que tem se pautado por uma conduta recuada, criticado publicamente pelos trabalhadores a avaliava como um “pingadinho que não resolve a raiz do problema”. Na verdade esta quota-alimentação, que restaurava de maneira mais lesiva aos interesses do trabalhador, o “sistema de vales dos

armazéns” —, lembrados até com saudosismo como ligados a um “tempo em que na Usina era uma fartura só, apesar do dinheiro ser pouco” — por bom tempo criou amarras para que a luta dos trabalhadores não ganhasse força e voz. Sob o medo de perder o “pouco”, ainda que encarado em parte como uma esmola, sob pressão de enfrentar a decisão de se “colocar ou não os salários atrasados na Justiça, encarados como um caminho inacessível e lento”, as posições dos trabalhadores não eram consensuais.

Na medida em que a lei se colocava como uma barreira à sua própria reprodução física, vamos encontrar um discurso que rejeita a lei, personalizada na figura do advogado, enquanto mecanismo legítimo, porque contrário aos seus interesses. Esta rejeição aparecia na resistência que o pessoal da Usina manifestava em acionar judicialmente a Usina para pagamento dos salários em atraso.

Entretanto, o desmascaramento do Sindicato — “através de críticas quase unânimes ao seu presidente, encarado como um “homem de fraca direção e cheio de medos” — a não recuperação do seu caráter de pressão combinava-se contraditoriamente com uma sensação de impotência dos trabalhadores diante do que chamavam um “monstro que já comeu nós pelas pernas e agora também quer os braços”, com a representação que eles próprios tinham de sua passividade. “O pessoal é muito pacífico, não riscou uma parede da Usina, não invadiu nem quebrou nada: mas a situação chegou a um ponto em que qualquer faiscazinha pode fazer explodir tudo”.

A questão da terra foi objeto de polémicas e divisões ao longo do movimento. Apesar da possibilidade de desapropriação da Usina, por interesse social, ter sido apresentada em várias fases do movimento, este projeto somente foi assumido como uma alternativa à tentativa de acionar judicialmente a Usina para recebimento dos salários em atraso e não como um momento da luta que pudesse, além dos interesses imediatos, mexer com a estrutura da propriedade. A luta pela terra apa-

receu neste movimento, como um desdobramento da questão salarial.

A decisão da desapropriação da área da Usina, por interesse social, foi votada em Assembléia dos Trabalhadores, a 09/03/83.

Entretanto, a decisão de desapropriação não significou um significativo avanço em termos de organização. Tanto é assim que a desapropriação apareceu vinculada “às esperanças da força política do PMDB, e se limitou, durante um ano, ao envio de requerimentos às autoridades competentes, solicitando a intervenção ou a desapropriação dos bens da Tamoio por interesse social. A direção sindical lavou as mãos diante desta decisão, “questão para os políticos resolverem” e mais uma vez, reforçou-se o elo da credibilidade na ação do governo eleito, sem a necessária mediação e revitalização dos canais de organização dos trabalhadores.

Entretanto, a esta decisão, seguiu-se uma medida de pressão da Usina: a quota-alimentação foi cortada, o que provocou mudanças na natureza da luta. Se o papel da Comissão de Trabalhadores foi, em grande parte, neutralizado, por ter sido a mesma incumbida das tarefas de compra e distribuição da quota-alimentação, fornecida paternalisticamente pela Usina, como adiantamento, a supressão da mesma forçou a tomada de outra posição. Representou a “faiscazinha” que veio mudar, em algumas instâncias, a natureza da luta.

Diante da fome, foi em parte rompido o isolamento no canavial. Uma manifestação de protesto na rodovia Washington Luís, organizada a partir de reuniões entre a Comissão de Trabalhadores e militantes do PT, acabou acontecendo a 24/03/83, apesar das tentativas de desmobilização de outros políticos e do Sindicato da Alimentação.

Procurou-se reforçar a presença do Sindicato como elemento aglutinador do movimento, o que não veio afastar as fragilidades e ambiguidades da atuação da Diretoria do Sindicato da Alimentação e de sua assessoria jurídica. O crescimento da organização dos trabalhadores apare-

ceu por algumas manifestações: 1) a existência de um grupo de mulheres exerceu pressão para que os trabalhadores, seus maridos, se empenhassem em discussões e na defesa dos seus interesses, sem se deixar abater pela apatia, pelo refúgio nas casas, encarado pelas mulheres como uma “fuga à luta”; 2) redefinição da comissão de trabalhadores, de sua composição e posicionamento, numa tentativa de se preservar a união dos trabalhadores; 3) ação firme, no sentido de impedir a retirada da Usina, de algumas máquinas que haviam sido leiloadas e adquiridas por outras pessoas (26/03/83); 4) questionamento mais freqüente das posições do advogado do Sindicato e reclamações no sentido de ter a direção sindical maior firmeza. A maior organização, ligou-se ao desligamento — parcial — dos cordões umbilicais que atrelaram os trabalhadores a uma política de favores e foi fruto direto do crescimento da fome.

Quanto à ação de setores representativos do novo governo, o Secretário do Trabalho, avaliando a situação da Usina, apontou três caminhos viáveis: a falência da empresa, admitida como totalmente lesiva aos interesses dos trabalhadores, a reativação da Usina pelo Grupo Silva Gordo, perspectiva pouco provável e a compra por outro grupo, que poderia progressivamente acertar a situação da Usina. Descartou a perspectiva de intervenção do Estado e considerou utópica, apesar de sedutora, a possibilidade de uma desapropriação. Neste sentido, pediu trêguas aos trabalhadores para averiguar a situação exata em que se encontrava o pedido de empréstimo feito pelo Grupo Silva Gordo ao I.A.A., empréstimo este que, segundo informações estaria a nível de decisão do Ministério da Indústria e Comércio. Desde que fosse aceita a trêgua, os trabalhadores teriam sua quotalimentação restabelecida, segundo entendimentos mantidos entre o Secretário e o Grupo Silva Gordo. Enquanto isso, representantes de setores significativos da Secretaria da Agricultura, no caso a CEA-GESP, discutiram e apontaram a perspectiva de formação de uma cooperativa pe-

dindo um tempo para diagnóstico da situação, sem que no entanto, a este pedido, se seguisse uma tomada de ação efetiva.

Entre trêguas e prazos, a Comissão de Trabalhadores manteve-se firme em não aceitar o preço político que estaria por trás das promessas desacreditadas do Grupo Silva Gordo.

Houve alguns ganhos, entre os quais, a instalação de uma Comissão Especial de Inquérito — através da qual se esperava dar maior repercussão ao movimento e a denúncia das manobras de grupos usineiros, irmanados no caminho da burla e da adoção de tramas exploratórias.

Dos ganhos, os partidos políticos procuravam tirar proveito. Entretanto, os trabalhadores mostraram sinais de crescimento de sua organização, realizaram passeatas e passaram a receber a solidariedade de outros trabalhadores — entre os quais os posseiros do Vale do Ribeira, que lhes enviaram um caminhão de bananas — o que deu à luta outros contornos.

A massa de trabalhadores pareceu despertar de seu longo sono, pela fome. O abacate, alimento que tem sido a presença mais importante e quase exclusiva, na casa de muitos trabalhadores, não basta para sanar a fome. Diante do acirramento das contradições, a reivindicação pela terra, por uma “parte” da Usina “vista como coisa nossa e da qual não abrimos mão”, diante da possibilidade da perda de moradia, os trabalhadores parecem ter saído do seu isolamento. A solidariedade apareceu no delineamento da proposta de um projeto único de reivindicação, no qual entram a luta pelos ganhos na justiça, a tentativa de compreender os caminhos a serem trilhados para a desapropriação e a busca de encontrar, nos parlamentares, e em outros canais do governo, eco, ressonância e resposta para um movimento que ainda não conseguiu romper o isolamento do canal. Indiferente às contradições deste movimento, a cana cresceu e proliferou sem qualquer tratamento, 500 mil toneladas de cana tinham probabilidade de corte, o que mostra que na verdade, as armas do capital são real-

mente fortes e capazes de desamarrear os “nós” que vêm sendo dados na cana da Usina Tamoio.

#### A SITUAÇÃO ATUAL: A CAMINHO DE UMA REFORMA AGRÁRIA?

No movimento da Usina Tamoio, a luta pelo recebimento dos salários, por romper o descaso dos patrões e as amarras da justiça é que abriu um espaço para a luta pela terra.

Evidentemente, a mobilização pela terra passa necessariamente pela mediação do sindicato e no caso do Sindicato em questão, sua palavra de ordem consistiu em reafirmar a impossibilidade do trabalhador ter iniciativas, como plantar, sem autorização do proprietário. Tal posicionamento inibia efetivamente o avanço do espaço político para a conquista da terra.

Na Usina Tamoio, não foi no sindicato que foram forjadas as diferentes estratégias para se chegar à terra. Nem se pode dizer que esta posição foi fruto de uma tomada de consciência de que o acesso à terra seria para os trabalhadores, condição de garantia da subsistência, da moradia, de conquista de autonomia. Nem todos os trabalhadores envolveram-se na luta pela terra, encarada por muitos com descrença, como algo de longínquos frutos, ao qual eles não se inclinariam, alegando entre outras razões, a falta de hábito, o fato de ser a ocupação uma provocação intolerável, um atentado contra a propriedade, e a pouca disponibilidade em mexer com a terra, depois de muito tempo de trabalho nas atividades de transformação da Usina.

A ocupação da terra foi, na Usina Tamoio, decorrência de uma série de acontecimentos, lesivos aos trabalhadores; teve mais o caráter defensivo do que de luta ofensiva propriamente dita. Entre eles, pode-se citar: a passividade dos órgãos administrativos, o não cumprimento de promessas pelo I.A.A., o fato da venda da cana liberada para as Usinas próximas — liberação cercada pelo mito da outorga pela Secretaria do Trabalho ter sido insuficiente para o pagamento dos salá-

rios atrasados, com o agravante da Coopersucar ter retido parte da quota autorizada, sob o argumento de estar a Usina Tamoio em débito com a mesma. Diante de 8 salários em atraso, da ameaça de interrupção da energia elétrica, do emperramento das decisões trabalhistas, da impossibilidade de ser mantida continuamente uma campanha de arrecadação de alimentos, sob o peso da frustração das alternativas, apontadas pelo poder público, de ser reativada a Usina ou vendida, a demissão de 180 funcionários, escolhidos “a dedo” entre os mais combativos, muitos deles com mais de 20 anos de serviço, representou, de fato, a gota d’água para que a luta avançasse em direção à ocupação da terra.

Diante dos lacônicos termos da carta de demissão, na qual a Usina alegava que as dificuldades por ela enfrentadas a obrigavam a tomar a decisão de dispensá-los, os trabalhadores começaram a por em prática o que vinha sendo, até então Slogam de luta em suas passeatas... “trabalhadores da Tamoio pedem solução, vamos tomar a terra para ganhar nosso pão”. O presidente do Sindicato e seu advogado tentaram canalizar todas as demandas dos trabalhadores e conflitos existentes para a Justiça, firmaram esta posição legalista ao discutir a necessidade de manter entendimentos com o Grupo Silva Gordo para solucionar a ocupação da terra, como se o acesso à terra fosse um dom do proprietário, algo que ele poderia dar, ou no qual consentiria que os trabalhadores mexessem por ser generoso, e devesse legitimar — para compensar os danos — o que poderia ser considerado um atentado contra a propriedade. Nem todos os trabalhadores aceitaram naturalmente a ocupação da terra. Entretanto, para um significativo, ainda que pequeno, contingente de trabalhadores, desfez-se a idéia de que a terra é algo intocável, com o qual não se deve mexer.

Há trabalhadores que ainda esperam, por parte dos setores governamentais, que a desapropriação seja naturalmente legalizada, sem ser necessária a pressão de ocupação da terra.



A decisão de lutar pela terra, semear um grãozinho de mostarda e conquistar, através deste, autonomia, não pode ser vista como um elemento que teria vindo dar unidade ao movimento, reunindo todos os trabalhadores em um mesmo projeto.

Persistem tensões e divisões: os trabalhadores demitidos não receberam quaisquer direitos trabalhistas, mas não abandonaram sua moradia, apesar da interrupção do vínculo empregatício, alguns entre os não demitidos ainda se iludem com promessas de que o débito salarial será saldado em suaves prestações semanais, há aposentados desligados da luta, outros abandonaram a Usina por cansaço, saindo à caça de estratégias de sobrevivência, há quem encare esperançosamente o aviso do próprio Silva Gordo de que a “Usina está à venda”. Apesar disto, para mais de 50 trabalhadores, prevalece a concepção e a prática de que a terra é para eles um direito. Foi tomada a decisão de se plantar gêneros de primeira necessidade, arroz, feijão, milho e na primeira etapa de preparação do terreno, assim como no plantio, o trabalho foi feito de forma comunitária, com a participação exclusiva de homens. Apesar de admitirem a dificuldade de sustentação de um projeto comunitário, não descartam a possibilidade de realizar um mutirão para aqueles que não tiveram tempo de participar do trabalho de preparação da terra.

Ainda que embrionária, a ocupação das terras da Tamoio representa uma resistência contra o capital que pode alterar significativamente a situação dos trabalhadores. A autonomia que o acesso à terra pode assegurar seria uma contrapartida aos nós e armadilhas criados e recriados pelos usineiros.

Estes mecanismos fazem parte, segundo o presidente da FETAESP, de um

jogo levado pelo Grupo Silva Gordo para acabar com as famílias de residentes, agilizadas pela fraude consentida, pelas manobras contra as quais não se ensaiam qualquer providência concretamente punitiva. Apesar da omissão do poder público, Tamoio representa um exemplo vivo das contradições, violências e perspectivas de resistência subjacentes ao confronto capital-trabalho no campo paulista.

Entretanto, o movimento apresentou limites sérios, principalmente pelo caráter fragmentário e isolado da luta.

O retrato atual da situação é pouco otimista. O despertar de Tamoio passa por muitos recuos e silêncios. Enquanto uma minoria de famílias dá continuidade ao seu projeto de ocupar, através da plantação, a terra, a maioria dos trabalhadores demitidos, ludibriados e impedidos de ter acesso aos mínimos direitos de cidadania, chega a admitir trocar a posse adquirida de uma das fazendas da Usina — legalizada pela Justiça e legitimada pela conquista — por frágeis garantias prometidas pelos proprietários, de pagamento dos salários e ônus trabalhistas que têm em débito.

Se Tamoio nos permite a configuração deste quadro, na mesma região, numa demonstração conjunta de resistência, o movimento de Guariba, desde maio de 1984, representou e vem sendo um exemplo de que os direitos podem ser conquistados quando há mobilização e um crescer da organização da categoria.

Escapando das armadilhas que lhes são preparadas pelo próprio sistema de produção adotado pelos usineiros de São Paulo, os cortadores de cana da região de Ribeirão Preto têm demonstrado, na prática, a possibilidade de desfazer os “nós” e os passa-moleques dos patrões por uma ação coletiva de resistência.

FERRANTE, V.L.S.B. — Tamoio: sugar cane troubles. **Perspectivas**, São Paulo, 7:31-40, 1984.

*ABSTRACT: The paper tries to reconstruct a social movement that took place in a sugar plant in the region near Araraquara. The idea is to discuss the problems related to the dispute organization to the union actuation and to the conscious manifestations of the insolved in the conflict.*

*KEY-WORDS: Social movements; rural strike.*

---